

>> *Temática Especial*

Rastros da lógica neoliberal na educação pública gaúcha: uma análise foucaultiana das mídias sociais

Gicele Weinheimer*
Fernanda Wanderer**

Resumo:

O artigo tem o propósito de discutir de que forma as mídias sociais produzem a relação entre a educação pública gaúcha e as parcerias com o setor privado, bem como rastrear quais são os impactos dessa relação para a área da Educação. Os materiais examinados consistem em reportagens de jornais publicadas entre os anos de 2019 e 2020. As bases teóricas advêm de autores como Dardot e Laval (2016), Masschelein e Simons (2017) e Ball (2014). A análise mostrou que os textos mencionam uma crise financeira no solo gaúcho, evidenciando a necessidade das parcerias do setor público com o privado. Além disso, apontou para um modelo empresarial assumido como guia de ação do Governo do Estado, colaborando com a expansão da lógica mercadológica. Outra reverberação foi o uso recorrente dos contratos jurídicos na esfera educacional. A investigação conclui que a iniciativa privada precisa do Estado para expandir seus negócios, garantindo sua lucratividade mediante a exploração da esfera pública.

Palavras-chave:

Educação. Neoliberalismo. Parceria público-privada.

Traces of neoliberal logic in public education in Rio Grande do Sul: a foucauldian analysis of social media

Abstract: *The article aims to discuss how social media produce the relationship between public education in Rio Grande do Sul and partnerships with the private sector, as well as tracking what are the impacts of this relationship for the area of Education. The materials examined consist of newspaper reports published between the years 2019 and 2020. The theoretical bases come from authors such as Dardot and Laval (2016), and Masschelein and Simons (2017), and Ball (2014). The analysis showed that the texts mention a financial crisis in the state of Rio Grande do Sul, highlighting the need for public and private sector partnerships. In addition, pointed to a business model assumed as a guide for action by the State Government, collaborating with the expansion of marketing logic. Another reverberation was the recurrent use of legal contracts in the educational sphere. The investigation*

* Doutoranda em Educação pela UFRGS, professora de Filosofia da Rede Estadual de Ensino do Rio Grande do Sul. E-mail: gicele.weinheimer@gmail.com. ORCID iD: <https://orcid.org/0000-0003-2772-7210>.

** Doutora em Educação pela UNISINOS, professora permanente do Programa de Pós-Graduação em Educação da UFRGS. E-mail: fernandawanderer@gmail.com. ORCID iD: <http://orcid.org/0000-0002-8198-7104>.

concludes that the private sector needs the State to expand its business, guaranteeing its profitability through the exploration of the public sphere.

Keywords: *Education. Neoliberalism. Public-private partnership.*

Huellas de la lógica neoliberal en la educación pública en Rio Grande do Sul: un análisis foucaultiano de las redes sociales

Resumen: *El artículo tiene como objetivo discutir cómo las redes sociales producen la relación entre la educación pública en Rio Grande do Sul y las alianzas con el sector privado, así como rastrear cuáles son los impactos de esta relación para el área de Educación. Los materiales examinados consisten en reportajes periodísticos publicados entre los años 2019 y 2020. Las bases teóricas provienen de autores como Dardot y Laval (2016), Masschelein y Simons (2017) y Ball (2014). El análisis mostró que los textos mencionan una crisis financiera en el estado de Rio Grande do Sul, destacando la necesidad de alianzas entre los sectores público y privado. Además, apuntó a un modelo de negocio asumido como guía de actuación por parte del Gobierno del Estado, colaborando con la expansión de la lógica del marketing. Otra reverberación fue el uso recurrente de contratos legales en el ámbito educativo. La investigación concluye que el sector privado necesita que el Estado amplíe su negocio, garantizando su rentabilidad a través de la exploración de la esfera pública.*

Palabras clave: *Educación. Neoliberalismo. Asociación público-privada.*

Introdução

O artigo tem o propósito de refletir sobre as parcerias público-privadas que marcam o cenário educacional do Estado do Rio Grande do Sul nos últimos anos. Em especial, o foco do estudo é discutir de que forma as mídias sociais produzem a relação entre a educação pública gaúcha e as parcerias com o setor privado e quais são os impactos dessa relação para a área da Educação. Os materiais examinados consistem em reportagens de jornais que circularam entre os anos de 2019 e 2021. As bases teóricas da investigação advêm do pensamento de autores como Dardot e Laval (2016), Ball (2014), Masschelein e Simons (2017) e Laval (2019), que discutem as amplas vinculações entre a educação pública e o espraiamento da lógica neoliberal nas esferas econômicas e sociais.

Em efeito, na sociedade contemporânea evidencia-se um espraiamento da racionalidade neoliberal em todos os âmbitos da existência humana, tornando-a “uma verdadeira razão-mundo” (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 379). Problematizando a relação entre o neoliberalismo e as crises econômicas que têm assolado os Estados democráticos, Andrade (2019, p. 121) assevera que a perspectiva neoliberal “gera crises econômicas sucessivas, mas sua singularidade reside no fato de seu modo de regulamentação (ou dispositivo geral de governamentalidade) ser tão eficiente que é capaz de instrumentalizar as crises econômicas em seu favor”. Essa eficiência pode ser considerada uma decorrência da capacidade de conversão presente no neoliberalismo contemporâneo, que está em constante mutação, reinventando-se permanentemente. Conforme ressaltou Ball (2014, p. 65), ele assume características geográficas, políticas e econômicas, além de “arcabouços institucionais, em que variabilidade, constituição interna, influências sociais e organismos individuais desempenham o papel de (re) produzir, circular e facilitar o seu avanço”. A partir disso, poder-se-ia dizer que a crise é inerente ao *modus operandi* neoliberal, permitindo tanto a sua manutenção quanto a sua propagação.

Outrossim, é importante observar que o neoliberalismo vai muito além da mera manutenção da lógica capitalista, nela não se esgotando. Seguindo uma perspectiva foucaultiana, Dardot e Laval (2016, p. 26) argumentam que “o neoliberalismo não é apenas uma resposta a uma crise de acumulação, ele é

uma resposta a uma crise de governamentalidade”. Nesse sentido, pode-se dizer que o neoliberalismo acolhe as prerrogativas do capitalismo, permitindo o seu espraiamento e a sua renovação mediante a implantação de crises. Mas, “como são as finanças que lucram, são elas que desde o princípio estão no comando da manobra” (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 22). Desse modo, pode ser observada uma crise nos modos de conduzir as condutas econômica e social que visam ao lucro.

Crises nos mais variados âmbitos têm servido de pauta para os textos jornalísticos atuais, anunciando alternativas “milagrosas” que podem conduzir à saída do atoleiro financeiro. Devido ao desequilíbrio nas contas, os gastos são maiores do que as reservas, forçando tanto Estados quanto indivíduos a buscarem soluções. Uma das alternativas encontradas pelo Governo gaúcho tem sido o estabelecimento de parcerias com pessoas físicas ou empresas privadas que prestam serviços às escolas. Uma reverberação disso é o Programa *Escola melhor: sociedade melhor*.

Em 2015, o Governo do Rio Grande do Sul, sob a condução de José Ivo Sartori, instituiu o Programa *Escola melhor: sociedade melhor*, mediante a Lei nº 14.734¹ (RIO GRANDE DO SUL, 2015), não sendo extinguido com a ascensão de Eduardo Leite. Conforme dados divulgados pelo site da Secretaria da Educação RS, seu objetivo é promover a melhoria da infraestrutura escolar, buscando uma educação de qualidade. Porém, outros direcionamentos são possíveis, não se restringindo apenas a questões estruturais, cabendo ao colaborador escolher o tipo de recurso que será ofertado. Entram na lista oficinas, palestras, materiais pedagógicos, mobiliários, equipamentos tecnológicos, consertos em geral, revitalização de áreas externas, quantias de dinheiro em espécie etc., de acordo com as necessidades elencadas pelas instituições de ensino. Até o momento, dezembro de 2021, 1373 escolas aderiram à proposta. Apesar de se estender a todas as trinta coordenadorias regionais de educação, o projeto não conseguiu abarcar as 2410 instituições escolares mantidas pelo Governo. Dessas, 601 foram contempladas de algum modo, firmando contratos diretamente com os colaboradores², o que poderia indicar uma possível relevância do Programa para a manutenção da educação pública estadual.

Participará desse processo a direção da escola que preencher um Termo de Adesão elaborado pelo Estado, disponível no site da Secretaria de Educação. Além disso, precisará escrever uma Ata de reunião construída em conjunto com a sua comunidade e com o Conselho Escolar. Deverão ser anexados, juntamente a esses documentos, um Plano de Necessidades e os Termos de Cooperação e Doação, todos digitalizados, encaminhados à Informatização da Secretaria da Educação (ISE). A maioria desses Planos apresenta objetivos, justificativas e ações com vistas à revitalização dos ambientes da escola, assim como fotos que poderiam comprovar a sua precariedade. Em relação aos filantropos, tanto empresas quanto pessoas físicas podem aderir ao Programa, recebendo um certificado emitido pelo Governador do Estado e pelo Secretário da Educação, atestando esse gesto de colaboração com o ensino público no Rio Grande do Sul. Além disso, podem divulgar as ações praticadas em benefício da escola em campanhas publicitárias. Nesse caso, as empresas contribuem para “financiamento da educação pública através do investimento em publicidade, da qual esperam um retorno em compras diretas, ganhos de imagem e fidelidade dos futuros clientes” (LAVAL, 2019, p. 155). De acordo com Laval (2019, p. 150), “a promoção publicitária pode ser discreta ou, ao contrário, ostensiva: do uso de logotipos no cardápio da merenda ou nos uniformes à instalação de um painel no *hall* de entrada ou nos corredores”.

Porém, algumas empresas não têm interesse direto nesse tipo de publicidade, inserindo-se no âmbito educacional para terem acesso aos dados ali produzidos. Elas instauram mecanismos de vigilância eletrônica com o intuito de extraírem e analisarem dados pessoais a partir do chamado *Big Data*. Conforme Rodrigues, “o Big Data é uma das principais ferramentas na organização das informações

1 A Lei Nº 14.734, de 15 de setembro de 2015, pode ser consultada no seguinte endereço: https://servicos.educacao.rs.gov.br/dados/escola_melhor_lei14734.pdf. Acesso em: 10 nov. 2020.

2 Uma lista completa, tanto das escolas participantes quanto dos colaboradores, pode ser encontrada no site mantido pela Secretaria da Educação RS, no seguinte endereço: <https://educacao.rs.gov.br/escola-melhor>. Acesso em: 23 nov. 2021.

apreendidas, por sua capacidade de processamento de enorme quantidade de dados” (RODRIGUES, 2020, p. 88). Na mesma direção, Evangelista (2017, p. 245) acrescenta que essa ferramenta pretende “a maior captura possível de informações sobre todos os sujeitos, objetos e processos de todos os lugares, ambicionando o conhecimento de tantas instâncias quanto for possível captar”. Nesse sentido, pode-se dizer que o *Google* é uma empresa do segundo tipo, pois “tornou-se a maior e mais bem-sucedida empresa de *big data* por ter o site mais visitado e, portanto, possuir a maior quantidade de *data exhaust*” (ZUBOFF, 2018, p. 32). Com o intuito de expandir seus negócios, o *Google* oferece gratuitamente seus serviços, estabelecendo contratos com os entes federados. Porém, deve-se ressaltar que esse tipo de aliança não se inscreve no Programa *Escola Melhor: Sociedade Melhor*, pois a empresa firma um acordo diretamente com o Estado e não com as escolas que compõem a rede pública de ensino.

A partir disso, evidencia-se que o Estado lança para a sociedade a responsabilidade pela educação, abrindo mão de um compromisso que antes era de sua alçada. Incentivadas pela esfera pública, muitas empresas têm tomado para si a responsabilidade pela qualidade da educação, doando seus serviços para o bem da sociedade. Esse cenário permite que tanto as pessoas físicas quanto as jurídicas, dispostas a cooperar com a melhoria da educação pública, encontrem no Estado gaúcho um solo fértil para empreenderem os seus negócios.

Após traçar essas considerações, empreendemos uma busca por trabalhos que pudessem ser semelhantes ao nosso. Conforme mostrou a revisão de literatura, construída a partir dos resultados gerados pelos repositórios acadêmicos, há inúmeras pesquisas que analisam as parcerias público-privadas no âmbito da educação pública. Isso demonstra a relevância do tema. Porém, a maioria traz entalhada a marca de uma perspectiva teórico-crítica. Nessa linha, está a pesquisa de Scherer, Nascimento e Cossio (2020) que investiga como o Instituto Ayrton Senna vem operando nas redes municipal e estadual gaúchas. Vinculando-se à sociologia crítica, as autoras analisam como os dados virtuais têm influenciado as políticas educacionais. Mostram que as parcerias público-privadas podem ser consideradas mecanismos de privatização, pois as novas relações entre Estado, sociedade civil e mercado têm permitido “um tipo de privatização do setor educacional por meio de parcerias entre o setor público e o setor privado, em que a instituição continua pública, mas gerida ou influenciada por agentes privados com financiamento público” (SCHERER; NASCIMENTO; CÓSSIO, 2020, p. 15).

Seguindo um referencial teórico semelhante, o trabalho de Rossi, Lumertz e Pires (2017) problematiza os efeitos das parcerias público-privadas no modo de gestão das escolas públicas, através de uma análise documental. Perscrutando o modelo de parceria oferecido pelo Instituto Ayrton Senna às escolas públicas gaúchas, tanto em nível municipal quanto estadual, os autores sugerem que tal cooperação é um limitador à autonomia e à democratização da gestão escolar. Destarte, “o discurso da melhoria da qualidade da educação e da gestão escolar por meio das parcerias público-privadas é parte constitutiva do movimento do real [...] e é por meio dele que o setor privado tenta imprimir a lógica de mercado na gestão escolar pública” (ROSSI; LUMERTZ; PIRES, 2017, p. 568).

Outra pesquisa a ser destacada é o trabalho de Estormovski (2017), que discute parcerias público-privadas a partir do Programa *Escola Melhor: Sociedade Melhor*. Através de uma pesquisa bibliográfico-documental, a autora explora a Terceira Via e as suas consequências para a educação. Conforme a autora, esse Programa “não se configura como uma tentativa de privatizar diretamente a educação, mas de repassar para a sociedade civil e para entidades empresariais a responsabilidade que até então é do Estado” (ESTORMOVSKI, 2017, p. 4636). Nessa esteira, a lógica do mercado alcança os ambientes educacionais, “impondo, por meio da invasão de empresas e de sua publicidade nas escolas, valores mercadológicos como a competitividade e o consumo acima dos conceitos de educação defendidos pela comunidade” (ESTORMOVSKI, 2017, p. 4637).

3 Conforme observação da tradutora do artigo de Zuboff, o termo *data exhaust* foi mantido no original, pois trata-se de uma expressão cujo sentido é difícil de capturar na língua portuguesa: “remete aos gases expelidos no ambiente pelo cano de descarga de um automóvel, que teriam similaridade com os dados deixados para trás pelos usuários em sua navegação na internet, sendo seus ‘resíduos’” (ZUBOFF, 2018, p. 32).

Tendo isso em vista, podemos dizer que nos assemelhamos a essas pesquisas quanto à temática. Mas, nos afastamos no que se refere aos aportes teóricos, pois nossas lentes se inscrevem nos estudos foucaultianos. Isso nos permite compreender os discursos como artefatos socialmente produzidos, enquanto “sistemas de significação implicados na produção de identidade e subjetividades, no contexto de relações de poder” (SILVA, 2015, p. 142). Na próxima seção, apresentaremos a empiria selecionada e a análise do discurso como a estratégia analítica usada para operar sobre a mesma.

Percurso metodológico

Considerando a relação público-privada como tema central da pesquisa, nosso campo perquiridor se dirigiu aos textos jornalísticos divulgados em jornais e *sites* de grande alcance no RS. Escolhemos utilizar um famoso *site* de buscas para a composição do material empírico. Digitamos a seguinte frase descritora: “parcerias com a iniciativa privada no âmbito da educação pública gaúcha”. Foram geradas mais de 7.000 referências. Por isso, decidimos atentar apenas para os trabalhos elencados nas primeiras páginas. Após uma breve leitura desses resultados, priorizamos as notícias e ou as reportagens que abordavam as parcerias que o Governo do Estado do Rio Grande do Sul vem firmando com a iniciativa privada, no âmbito da educação pública gaúcha, a partir de 2019.

Tendo isso em vista, foram selecionados sete textos de cunho jornalístico: um engendrado pelo Brasil de Fato, dois produzidos pela Gaúcha ZH (mesma matéria, mas com algumas entrevistas diferentes, ambas publicadas no dia 24 de maio de 2019), um advindo da Afisvec Notícias, um constituído pelo portal G1, um produzido pelo jornal Sul21, um veiculado pelo *site* da Secretaria da Educação do Estado do Rio Grande do Sul. Não nos parece fundamental aqui traçar qualquer tipo de distinção técnica entre os termos “notícia” e “reportagem”, apesar de serem “ambas modalidades de texto jornalístico que se propõem a transmitir informações isentas, por meio de abordagens diretas e explicativas, distinguindo-se no que se refere ao aprofundamento investigativo realizado no caso das reportagens” (VAL; AQUINO, 2013, p. 103). Porém, interessa-nos o fato que “a imprensa escrita observa e difunde acontecimentos, produzindo narrativas que, em vez de descrevê-los, forjam o que ali é apresentado” (VAL; AQUINO, 2013, p. 94). Outra ressalva que deve ser apontada diz respeito àquilo sobre o qual repousou nosso olhar analítico. Atentamos para o modo como os discursos foram engendrados pelos editores, como as falas dos agentes públicos e/ou dos entrevistados foram utilizadas. Pois, nosso intuito foi buscar “o que efetivamente foi dito — sem a intencionalidade de procurar referentes ou de fazer interpretações reveladoras de verdades e sentidos reprimidos” (FISCHER, 2001, p. 205).

Nesse sentido, à semelhança de Val e Aquino (2013), elegemos a análise do discurso foucaultiano para operarmos sobre a empiria. Conforme Foucault (2009, p. 55), os discursos podem ser compreendidos “como práticas que formam sistematicamente os objetos de que falam”. Semelhantemente, uma prática discursiva seria “um conjunto de regras anônimas, históricas, sempre determinadas no tempo e no espaço, que definiram, em uma dada época e para uma determinada área social, econômica, geográfica ou linguística, as condições de exercício da função enunciativa” (FOUCAULT, 2009, p. 133). Nessa esteira, os textos jornalísticos, produzidos em um determinado contexto sócio-histórico, trazem ideias que circulam em um tempo espaço delimitado, apresentando singularidades que lhe são próprias. E são exatamente essas particularidades que nos interessam no momento, incitando-nos a “analisar por que aquilo é dito, daquela forma, em determinado tempo e contexto, interrogando sobre as ‘condições de existência’ do discurso” (SALES, 2014, p. 127).

Se é relevante nos deter no que é dito e nas suas regras de formação, precisamos compreender o caráter atributivo que o discurso doa à linguagem. Apoiado em Foucault, Veiga-Neto sugere que a linguagem pode ser compreendida como participante constitutiva do pensamento humano, não havendo uma correspondência entre aquilo que se pensa e a coisa pensada (VEIGA-NETO, 2007). Wanderer e

Schefer também apontam para a linguagem enquanto um sistema de significação capaz de conferir ao discurso um caráter constitutivo, engendrando objetos, ideias, sujeitos (WANDERER; SCHEFER, 2016).

Veiga-Neto, analisando as relações entre discurso e verdade, sugere que “os discursos definem regimes de verdade que balizam e separam o verdadeiro do seu contrário” (VEIGA-NETO, 2007, p. 101). A partir disso, pode-se dizer que a verdade é uma invenção discursiva, sendo os enunciados internos ao discurso os marcadores daquilo que está sendo compreendido por verdadeiro. Tendo esse aspecto em vista, Veiga-Neto alerta para a importância de serem escrutinados os modos como são estabelecidos os critérios de verdade, olhando para o entorno do discurso, não para a lógica interna que o comanda (VEIGA-NETO, 2007, p. 104).

É exatamente isso que buscamos fazer aqui: interrogar como os discursos sobre a educação e sobre as parcerias público-privadas estão sendo produzidos pelos textos jornalísticos selecionados. Na próxima seção, apresentaremos as costuras analíticas suscitadas pelo imbricar das teorizações e da metodologia supracitada, evidenciando o modo como operamos sobre o material escolhido.

A instauração de parcerias público-privadas no âmbito da educação gaúcha

Perscrutando o material empírico, observamos uma recorrência no tocante à atual situação econômica experienciada pelo Governo do Estado do RS. Conforme demonstra o excerto abaixo, há uma crise financeira instaurada no solo gaúcho:

Com pouco dinheiro em caixa pra investir, o governo do Rio Grande do Sul espera contar com a ajuda de empresas para recuperar as escolas estaduais por meio de um programa lançado na quarta-feira (16). A ideia é buscar parcerias para a realização de obras e doação de materiais, como equipamentos e livros. (G1 RS, 2015).

As falas supracitadas apontam que o Governo passa por uma forte crise econômica, o que justificaria a falta de investimento nas estruturas públicas. Se há pouco dinheiro em caixa, não há como avigorar as instituições desgastadas. Na tentativa de enfrentar tal situação, evitando o sucateamento do bem público, uma saída é vislumbrada pelo Estado: estabelecer parcerias com o setor privado. Pensando no modelo empresarial, outra recorrência foi observada no material empírico. Trata-se da inserção desse modo de conduzir as condutas no âmbito educacional. Os excertos abaixo apontam nessa direção:

O Estado precisa avançar para parcerias com setor privado para qualificar a prestação de serviço, como escolas de tempo integral. (REDAÇÃO RIO GRANDE DO SUL, 2019).

O governo gaúcho trabalha com pelo menos duas propostas pensadas para minimizar problemas na estrutura física das escolas e na aprendizagem dos alunos. Uma delas prevê a realização de contratos de concessão para que empresas assumam a gestão das obras, da manutenção e dos serviços de limpeza e segurança nas instituições de ensino. A segunda é inspirada na experiência das escolas públicas geridas pela iniciativa privada nos Estados Unidos. (CHAGAS, 2019a).

Entendemos a parceria com o setor privado não apenas pela lógica do financiamento, pela capacidade de investimento que tem, mas também por conta de ganhos de eficiência por viabilizar o planejamento de longo prazo de investimentos, o que o poder público encurta para períodos de quatro anos. (ROLOFF, 2019).

O presidente da Sicredi do Vale do Rio Pardo, Heitor Petry, comentou sobre a importância da doação feita à escola agrícola Wolfram Metzler, de Venâncio Aires. “Para auxiliar na qualificação dos estudantes, fizemos a doação de equipamentos da agroindústria. Acredito que, com ações como esta, todos saem ganhando, principalmente os jovens, que conquistam uma condição melhor”, resumiu. (RIO GRANDE DO SUL, 2019).

Nosso olhar recai, inicialmente, sobre as falas que remetem à precariedade da educação pública gaúcha: deve-se qualificar a prestação de serviços; pois, há problemas na estrutura física das escolas e na aprendizagem dos alunos. Conforme ressaltou Laval (2019), desde 1950 tem havido um aumento considerável no número de discentes matriculados nas instituições escolares espalhadas pelo globo. Do mesmo modo, “os gastos em muitos países desenvolvidos e não desenvolvidos aumentaram em valores absolutos, mas permaneceram estáveis em relação ao PIB e por aluno, o que levou a uma degradação geral das condições de ensino” (LAVAL, 2019, p. 132). Essa situação facilitaria ao setor privado tirar proveito das más condições das escolas, garantindo a sua inserção no âmbito público (LAVAL, 2019). Seguindo seu raciocínio, Laval sugere que muitas pessoas consideram as finanças públicas insustentáveis para garantirem sozinhas o devido investimento na educação, o que abriria uma brecha a “fontes privadas de financiamento” (LAVAL, 2019, p. 133). Nesse ponto, nosso olhar volta a recair sobre o índice de eficiência almejado pelo governo do Estado.

Pensando em minimizar os problemas das estruturas físicas das escolas e da aprendizagem dos alunos, o governador apela para a iniciativa privada como um meio de sanar as dificuldades financeiras impostas pela crise. Porém, ao enveredar por tal caminho, o Estado acaba servindo ao mercado, “transformando a educação em mercadoria e em formas contratáveis, [...] ‘reajustando instituições’ para torná-las homólogas à empresa e, criando, dentro do setor público, as condições [...] necessárias para que os negócios possam operar” (BALL, 2014, p. 73). Como ressaltou Veiga-Neto (2018, p. 40), “a vitória do mercado não significa o desaparecimento do Estado, mas a sujeição deste aos ditames daquele”. Nesse sentido, pode-se asseverar que o Governo considera “a si mesmo como uma empresa, tanto em seu funcionamento interno quanto em sua relação com os outros Estados” (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 378).

Tem-se, assim, um espraiamento da lógica mercantilista ao ambiente escolar. Cooptada pelo modelo empresarial, a escola tende a enfatizar “a produção de resultados de aprendizagem — de preferência, competências — que os alunos possam aplicar em um ambiente de trabalho”, conforme ressaltaram Masschelein e Simons (2017, p. 18). Uma reverberação disso pode ser vista nas falas das empresas que fizeram doações a algumas escolas gaúchas: “Para auxiliar na qualificação dos estudantes, fizemos a doação de equipamentos da agroindústria. Acredito que, com ações como esta, todos saem ganhando, principalmente os jovens, que conquistam uma condição melhor, resumiu”; “Atuamos em forma de voluntariado nas instituições de ensino, nos projetos que auxiliam a entrada do jovem ao mercado de trabalho, além da formação continuada, destacou a representante da empresa”.

Pensada como um meio de otimizar o desempenho da aprendizagem discente (MASSCHELEIN; SIMONS, 2017), a escola é capaz de auxiliar na manutenção e na propagação da perspectiva neoliberal, espelhando as necessidades postas pelo mercado, como a empregabilidade. As doações feitas pelas empresas, descritas nos excertos supracitados, visavam exatamente a qualificação dos alunos, dando-lhes condições melhores para a sua inserção no mercado de trabalho. Tendo isso em vista, pode-se dizer que a “‘empregabilidade’, ao que parece, é a palavra em torno da qual o discurso e o pensamento da escola são orientados hoje” (MASSCHELEIN; SIMONS, 2017, p. 88).

Problematizando a questão da empregabilidade, os autores belgas argumentam que o “indivíduo é batizado como um aprendiz (ao longo da vida), a aprendizagem é um investimento no próprio capital humano do indivíduo, e os cidadãos-como-aprendizes ativos carregam a responsabilidade vitalícia de encontrar o seu próprio emprego” (MASSCHELEIN; SIMONS, 2017, p. 112). Imerso nesse contexto, o aluno acaba introjetando as regras do mercado e conduzindo a sua vida a partir delas, necessitando qualificar-se continuamente a fim de assegurar uma vaga no disputado mundo do trabalho. A qualificação permanente é empregada como sinônimo de inserção no mercado de trabalho e, conseqüentemente, de sucesso profissional.

O aluno, conduzindo-se como uma empresa de si, precisa alcançar bons índices no desempenho de aprendizagens escolares, tornando-se “sempre mais eficaz” (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 333). Contudo, isso não é suficiente. Há uma necessidade de aprimorar-se continuamente,

buscando cursos de aperfeiçoamento ao longo de toda a vida, para além da instituição escolar. Toda “atividade é empresarial, porque nada mais é garantido para toda a vida. Tudo deve ser conquistado e defendido a todo momento. A criança mesmo deve ser ‘empreendedora de seu saber’. Desse ponto de vista, tudo se torna empresa” (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 336). Seguindo na mesma esteira de Veiga-Neto (2018, p. 42), podemos dizer que “a equação educação-introjeção-neoliberalismo explica o motivo de várias empresas e corporações privadas promoverem e sustentarem vultosos projetos educacionais”.

Tendo em vista as discussões acima delineadas, passamos a mais um tema recorrente no material perscrutado: as parcerias público-privadas.

O governador Eduardo Leite participa, nesta quinta-feira (28), do 3º GRI PPPs e Concessões, no Hotel Intercontinental, em São Paulo. Iniciativa do GRI Club Infra LatAm, com apoio do Banco Mundial e da Frente Nacional de Prefeitos, o evento tem a finalidade de reunir os principais líderes da iniciativa privada e do setor público, entre entes municipais, estaduais e federais responsáveis por definir as agendas políticas e projetos futuros de infraestrutura para o Brasil. (ROLOFF, 2019).

Em relação às parcerias, a Seduc disse que “entende como positivas todas as propostas e iniciativas que buscam a melhora da infraestrutura das escolas, o que trará benefícios para a qualidade da educação como um todo”. (CHAGAS, 2019a).

O secretário da Educação, Faisal Karam, falou sobre a importância do papel das parcerias em nome de um ensino melhor. “Fazer uma educação de qualidade depende de todos nós, às vezes de solidariedade, da parceria da iniciativa privada, mas de esforços de todos para o crescimento de comunidades e de um futuro melhor a nossos jovens”. (RS-SEDUC, 2019).

Em junho, a Secretaria Estadual de Educação do Rio Grande do Sul (Seduc-RS) já havia firmado uma parceria com a Google para o uso da plataforma Classroom (ou Sala de Aula, em português) para que alunos e professores pudessem criar uma conta para ter acesso a ambientes de aulas virtuais e a um e-mail que daria acesso à internet “patrocinada” para docentes e discentes durante o período de enfrentamento da pandemia do novo coronavírus. (GOMES, 2020).

A partir dos excertos, percebe-se que as parcerias com a iniciativa privada são uma estratégia empregada pelo Governo no enfrentamento à crise financeira que o assola. Nessa esteira, pode-se dizer que o Governo não consegue oferecer um bom serviço educacional público, deixando transparecer sua incapacidade de gerir sozinho as instituições escolares, recorrendo a outros setores da sociedade a fim de qualificá-las. Uma reverberação disso são as parcerias firmadas com a *Resolve Sim* e com o *Google* para o uso de suas plataformas na rede estadual de ensino. Conforme observaram Ball e Olmedo (2013, p. 46), muitos Estados têm apresentado “uma diminuição da sua capacidade de conduzir seus sistemas educacionais. Agências multilaterais, ONGs e influências e interesses comerciais podem, separada ou conjuntamente, constituir uma alternativa potente ao ‘fracasso’ do Estado”. Desse modo, é possível vislumbrar aquilo que Jessop (2008, p. 245) chamou de “desestatização do sistema político”.

Segundo o autor britânico, “a desestatização supõe a redefinição da divisão público-privada, redistribuindo as tarefas e rearticulando a relação entre organizações e tarefas ao longo desta divisão em qualquer das escalas nas quais atue o Estado em questão” (JESSOP, 2008, p. 245). O que se tem percebido é um compartilhamento ou mesmo uma transferência das funções estatais para organizações privadas, deixando transparecer a “crescente importância das muitas e variadas formas (e níveis) de cooperação entre organizações oficiais, paraestatais e ONGs na gestão das relações econômicas e sociais nas quais o Estado com frequência não é mais o primeiro entre seus iguais” (JESSOP, 2008, p. 245). Na mesma esteira, Peroni (2013, p. 13) argumenta que “a proposta então é reformar o Estado, mas como tem o diagnóstico de que o Estado é ineficiente, essa reforma deve ter o mercado como parâmetro de qualidade. E com esse diagnóstico, o Estado não deve ser mais o principal executor das políticas sociais”.

Mas, deve-se frisar que delegar a outrem a responsabilidade pelo provimento financeiro das instituições públicas não significa um apagamento total da função estatal, como ressaltou Ball. Conforme o autor, “a privatização do setor público [...] não é feita retirando os serviços do controle do setor público, mas sim por meio da venda de ‘soluções’ políticas e via colaborações de vários tipos” (BALL, 2014, 162). Nesse sentido, mercado e Estado estão se articulando sob o viés neoliberal, provocando “a reconstituição do papel do Estado de prestador de serviços a uma combinação de regulação, monitoramento de desempenho, contratação e facilitação de novos prestadores de serviços públicos” (BALL, 2014, p. 73). O que há é uma colaboração mútua, uma parceria que instaura “fluxos de pessoas, de informações e de ideias, de linguagem, de métodos, de valores e de culturas” (BALL, 2014, p. 162). Tendo isso em vista, pode-se dizer que a lógica empresarial privada comanda as agendas⁴ do Estado, mas o mesmo não se afasta. “Ele exerce seu poder de forma mais indireta, orientando tanto quanto possível as atividades dos atores privados e incorporando ao mesmo tempo os códigos, as normas e os padrões definidos por agentes privados” (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 278).

Apresentaremos agora mais uma recorrência encontrada no material empírico, diretamente vinculada às discussões realizadas até aqui. Diz respeito à forma contratual na qual as parcerias que têm sido estabelecidas. Os excertos abaixo apontam nessa direção:

“Eu entendo as parcerias num amplo sentido, não apenas de PPPs e concessões, mas também de contratualização para prestação de serviços em educação, cultura, saúde, sistema prisional, turismo. Em todas estas áreas o RS está aberto e promovendo os estudos necessários”, destacou o governador gaúcho ainda na abertura. (ROLOFF, 2019).

É preciso que a gente tenha clareza do que é uma concessão no sistema educacional. Ao contrário de uma rodovia, por exemplo, em que a concessão implica no pagamento de pedágio pelos usuários, na educação concessão é um termo técnico para um contrato administrativo muito parecido com os contratos que nós já temos hoje para realização de obras, só que com um prazo mais longo e com integração de atividades. Então, não é cobrança pelo ensino. Significa que teremos escolas construídas e com manutenção realizada pela mesma empresa. (CHAGAS, 2019b).

Richter explica que o interesse do TCE é entender o que consta nos contratos sobre o uso desses dados, porque, como trata-se de contratos novos, o órgão ainda não tem essa informação. (GOMES, 2020).

Um dos pontos de sua pesquisa são os termos de uso aos quais os usuários têm que aderir ao acessarem as plataformas pela primeira vez. “A gente sabe que os termos de uso não são lidos, que as secretarias ignoram a questão e os usuários têm que aceitar termos que são das empresas privadas, embora a lei geral de dados peça que seja uma gestão compartilhada”, diz. (GOMES, 2020).

Os trechos selecionados mostram um uso recorrente dos contratos jurídicos na esfera educacional. A palavra parceria, em sentido amplo, é compreendida como parceria público-privada, concessão ou mesmo contratualização. Quando empregada na educação, a concessão vem a ser um termo técnico para um contrato administrativo muito parecido com os contratos que temos hoje para realização de obras, só que com um prazo mais longo e com integração de atividades. Porém, ao serem firmadas parcerias com empresas privadas que disponibilizam suas plataformas virtuais para serem usadas na rede pública de ensino, recomenda-se que os órgãos estaduais atuem na fiscalização dos contratos, tentando entender o que neles consta a respeito do uso de dados produzidos nessas plataformas. Isso deve ser feito para garantir a proteção de dados dos estudantes, familiares e professores quando da utilização de plataformas digitais de educação. Como trata-se de contratos novos, ainda não se tem essa informação.

4 Conforme Capella (2018, p. 28), a palavra “agenda” pode significar “um conjunto de discussões políticas, entendidas como questões legítimas e que chamam a atenção do sistema político”.

Nesse sentido, poder-se-ia dizer que a instauração do contratualismo é uma decisão que deve ser tomada pelo governador, quando se pensa nas instituições públicas gaúchas. Mas, como mostram os dois últimos excertos, as escolas, os diretores, os professores, os alunos e os pais também são responsabilizados pelas parcerias que empreendem, necessitando assinarem termos de adesão. Uma preocupação surge a partir daí: Quando os usuários têm que aderir ao acessarem as plataformas pela primeira vez. “A gente sabe que os termos de uso não são lidos, que as secretarias ignoram a questão e os usuários têm que aceitar termos que são das empresas privadas”.

Conforme o dicionário *Houaiss*, contrato pode ser compreendido como um “pacto entre duas ou mais pessoas, que se obrigam a cumprir o que foi entre elas combinado sob determinadas condições” (HOUAISS; VILLAR, 2009, p. 540). Na linguagem jurídica, diz respeito a um “acordo de vontades entre as partes, com o fim de adquirir, resguardar, transferir, modificar, conservar ou extinguir direitos” (HOUAISS; VILLAR, 2009). Nesse sentido, o Termo também pode ser considerado um contrato. Quando empregados em plataformas *on-line*, os Termos de Uso dizem respeito a “contratos que regulam a relação entre usuários e prestadores de serviços no ambiente on-line e, muitas vezes, são acompanhados de outros documentos vinculantes como políticas de privacidade, políticas de cookies e padrões da comunidade” (VENTURINI *et al.*, 2019, p. 18).

Em relação ao contratualismo, o *Dicionário de Filosofia* atribui-lhe o sentido de “doutrina que reconhece como origem ou fundamento do Estado (ou, em geral, da comunidade civil) uma convenção ou estipulação (contrato) entre seus membros” (ABBAGNANO, 2012, p. 239). Seus primeiros defensores podem ter sido os sofistas, pois se trata de uma perspectiva bastante antiga. Epicuro a retomou, percebendo o Estado e a lei como o “resultado de um contrato que tem como único objetivo facilitar as relações entre os homens” (ABBAGNANO, 2012, p. 239). Na idade média, foi obscurecido “pela doutrina da origem divina do Estado e, em geral, da comunidade civil” (ABBAGNANO, 2012, p. 239-240). Na modernidade, foi compreendido como um instrumento de luta em prol dos direitos humanos, embora tenha se desprendido consideravelmente dos costumes e tradições políticas, entre os séculos XVI e XVII (ABBAGNANO, 2012).

De acordo com Dardot e Laval (2016, p. 324), no cerne do individualismo moderno está o fato de o contrato ter se tornado “a medida de todas as relações humanas, de modo que o indivíduo passou a experimentar cada vez mais na relação com o outro sua plena e total liberdade de compromisso voluntário”. Na sociedade neoliberal, “não se trata mais de postular um acordo espontâneo entre os interesses individuais, mas de produzir as condições ótimas para que o jogo de rivalidade satisfaça o interesse coletivo” (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 69). Nesse contexto, o papel do Estado é “desenvolver e purificar o mercado concorrencial por um enquadramento jurídico cuidadosamente ajustado” (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 69). Como se pode perceber, as relações contratuais fazem parte da história humana, modificando-se conforme as prerrogativas espaço-temporalmente definidas, estendendo-se aos mais variados âmbitos sociais, alcançando também o processo educacional (BALL, 2014).

Integrando todas as dimensões da existência humana, o neoliberalismo apregoa a concorrência generalizada e a empresa como modelo de conduta (DARDOT; LAVAL, 2016). A escola, cooptada por essa lógica, guia-se pelo modelo empresarial, reproduzindo-o. Se as formas jurídicas fazem parte da *práxis* empresarial, a escola também instaurará relações contratuais em seu meio, “importando ferramentas do setor privado” (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 305).

Tendo isso em vista, pode-se dizer que a escola vem se transformando naquilo que Laval chamou de escola neoliberal. Conforme o autor, “escola neoliberal é a designação de certo modelo escolar que considera a educação um bem essencialmente privado, cujo valor é acima de tudo econômico” (LAVAL, 2019, p. 17). Atrelada ao lucro, “a educação [...] tornou-se um ‘fator de atração’ de capitais cuja importância vem crescendo nas estratégias ‘globais’ das empresas e nas políticas de adequação dos governos” (LAVAL, 2019, p. 18). Corroborando a hipótese de Laval, trazemos alguns excertos que apontam nessa direção:

No dia 9 de julho, o governador Eduardo Leite (RS) realizou uma transmissão pelas redes sociais ao lado do apresentador Luciano Huck para anunciar uma parceria com a plataforma *Resolve Sim*, da qual o global é representante, que trará conteúdos preparatórios para o Exame Nacional do Ensino Médio a estudantes da rede estadual de ensino. Na ocasião, o governador afirmou que a “plataforma será gratuita, tanto para os alunos como para o Estado”. (GOMES, 2020).

A Google oferece como se fosse algo filantrópico, que eles querem melhorar e inovar a educação no mundo. (GOMES, 2020).

A coordenadora do programa da Secretaria Estadual de Educação (Seduc), Camila Paim, considera a ideia um “ato de solidariedade”, avalia. “As pessoas, as empresas, as pessoas têm procurado a secretaria, tem procurado as escolas realmente porque querem ajudar e não tanto visando essa pequena publicidade”. Ela garante ainda que não há “nenhum perigo” para a escola não parecer uma escola estadual. “Ela sempre vai ser uma escola estadual, vai ter o diretor, a sua autonomia pedagógica, mas ela pode receber ajuda de pessoas de fora”. (G1 RS, 2015).

“Se não tem custo para a gestão pública, é bom. Só que esse custo está embutido, é um custo invisível”, afirma. “Não tem como ser grátis, é um serviço. É o modelo de negócio dessas empresas, elas estão prestando um serviço. Se elas estão dando ‘grátis’ para uma determinada rede pública, seja de ensino superior ou básico, alguma coisa elas estão ganhando em relação a isso, desde o uso de dados para comercialização, pode ser fidelização de usuários, entendimento de rastreamento para fazer outros tipos de tecnologia, são pontos que não ficam claros”. (GOMES, 2020).

Quanto mais alunos acessam uma plataforma, mais dados são gerados e mais valiosos eles se tornam, o que faz ser rentável para uma empresa como a Google expandir os seus produtos para o maior número de pessoas possível de forma “gratuita”. (GOMES, 2020).

Considerando a gratuidade do serviço, tanto para os alunos quanto para o Estado, o Governo gaúcho firmou uma parceria com a plataforma *Resolve Sim*, garantindo conteúdos preparatórios para o Exame Nacional do Ensino Médio a todos os alunos da rede pública de ensino. Do mesmo modo, contratou uma parceria com a *Google*, que ofereceu seus serviços como se fosse algo filantrópico, visando a melhoria e a inovação da educação no mundo. Enquanto um ato solidário, as pessoas e as empresas têm procurado a secretaria [de educação] e as escolas porque realmente querem ajudar, e não em vista da pequena publicidade. Ao que parece, se o contrato não onera o Estado, ele é visto como algo positivo, benéfico. Nesse sentido, poder-se-ia dizer que se é grátis, é bom. Porém, há um custo embutido nos serviços contratados. Não tem como ser grátis. Pois, trata-se de um serviço. É o modelo de negócio dessas empresas. Se elas estão dando “grátis” para uma determinada rede pública, alguma coisa elas estão ganhando em relação a isso. Como o ato “filantrópico” diz respeito ao uso de plataformas educacionais, quanto mais alunos acessam essas plataformas, mais dados são gerados e mais valiosos eles se tornam, o que faz ser rentável para uma empresa como a *Google* expandir os seus produtos para o maior número de pessoas possível de forma “gratuita”. Nessa direção, é possível asseverar que as empresas têm usando o *slogan* da gratuidade enquanto um atrativo para a instauração de parcerias com a esfera pública. A ideia é promover arranjos institucionais que minimizem os riscos e maximizem a garantia do retorno financeiro.

Conforme esclareceu Ball (2014, p. 121), está em curso uma nova forma de filantropia na qual a doação e a busca por resultados estão diretamente conectadas, assim como “o envolvimento direto de doadores em ações filantrópicas e comunidades políticas”. A intenção desses novos filantropos é tentar obter “resultados claros e mensuráveis de seus ‘investimentos’ de tempo e de dinheiro” (BALL, 2014, p. 122). Pois, tendo adquirido suas fortunas mediante atividades nos mercados capitalistas, “acreditam que a sua filosofia empresarial pode ser traduzida e posta a serviço da caridade” (BALL; OLMEDO, 2013, p. 37). Isso indicaria uma mudança “dentro da filantropia empresarial em direção a formas de filantropia estratégica e de desenvolvimento, com base nos métodos de investimento de capital privado, uma mistura especial de cuidado e cálculo” (BALL, 2014, p. 122). Nesse contexto, tem-se um financiamento e não um ato solidário desinteressado. Por isso, trata-se de uma filantropia ressignificada pela lógica capitalista, uma ação intencional que visa ao lucro, procurando “fazer mais com menos” (BALL, 2014).

Analisando a nova forma de ação solidária perpetrada pelo meio empresarial, Ball e Olmedo (2013, p. 46) sugerem que “cada vez mais, a ajuda internacional e a filantropia deixam de ser ‘doadas’ como subvenções a governos e ONGs e passam a ser ‘investidas’ em negócios educacionais e no desenvolvimento de soluções baseadas no mercado para problemas educacionais”. Nesse sentido, pode-se dizer que atrelar a gratuidade à contratação de serviços privados é um engodo, pois trata-se de uma ação de cunho capitalista, cuja finalidade primacial é a obtenção do lucro. Ao firmarem contratos sem qualquer oneração ao Estado, a *Resolve Sim* e o *Google* estariam pensando no retorno do investimento, movendo-se na direção de “uma coleta de dados cada vez mais abrangente” (ZUBOFF, 2018, p. 32). Quanto maior a abrangência, maior o lucro. Conforme observou Zuboff (2018), o *Google* tem disponibilizado produtos de graça porque “qualquer coisa que aumente o uso da internet, em última instância, enriquece o Google” (ZUBOFF, 2018, p. 33). Na perspectiva de Evangelista *et al.* (2018), a questão do uso de dados pessoais na *internet*

Põe em cena três atores principais: os cidadãos, usuários de serviços na internet; as empresas provedoras desses serviços, que utilizam os dados como matéria-prima de análises de inteligência voltadas para o comércio e fontes de lucro; e os governos, que utilizam os dados coletados para a prestação de serviços públicos e práticas de repressão política e de segurança. (EVANGELISTA *et al.*, 2018, p. 406-407).

A partir dessa discussão, evidencia-se que o beneficiário das parcerias público-privadas é o contratado, aquele que atribui o caráter da gratuidade aos seus serviços para atrair consumidores com pouco dinheiro em caixa, expandindo sua área de cobertura e, conseqüentemente, aumentando sua lucratividade. No caso da parceria do Estado com o *Google*, não há preocupação direta com aquilo que os usuários dizem ou fazem na plataforma educacional, “contanto que o digam e o façam de forma que o Google possa capturar e converter em dados” (ZUBOFF, 2018, p. 33). Tem-se, assim, a obtenção de um lucro astronômico projetado pela indústria da informação, adquirido pelo controle e armazenamento “de dados pessoais, que têm sido chamados de novo petróleo” (EVANGELISTA *et al.*, 2018, p. 407). Ao que parece, a iniciativa privada precisa do Estado para expandir seus negócios, garantindo sua lucratividade mediante a exploração da esfera pública.

Considerações

Nesta seção, abordaremos algumas implicações da pesquisa, acreditando serem relevantes para o campo da Educação. Não apresentaremos quaisquer conclusões acerca do tema, pois trata-se de um trabalho inscrito em um determinado tempo e espaço, vinculado a uma perspectiva teórico metodológica que nos possibilita compreender a verdade enquanto uma construção social e não como um dado *a priori*. Nossa investigação caminha na direção de uma desnaturalização de discursos dicotômicos que tentam colocar na esfera privada a insígnia da eficiência e da qualidade, relegando à esfera pública a alcunha da ineficiência e da desqualificação. Conforme sugerem Zulke e Nardi (2009, p. 163), “enquanto as empresas do setor privado se adaptam aos novos tempos e adotam modelos gerenciais contemporâneos, exaltando a imagem da empresa como sinônimo de eficiência e qualidade, a imagem do serviço público é diária e severamente atacada”. Uma reverberação semelhante foi percebida no material empírico, permitindo-nos asseverar que as prescrições neoliberais estão cada vez mais presentes na educação pública gaúcha e no *modus operandi* do Estado.

Adotando uma condução de conduta inspirada nas prerrogativas neoliberais, o Governo assume um modelo empresarial como guia de ação, colaborando com a expansão da lógica mercadológica que o expõe a uma situação de crise, apontando para dificuldades inerentes a esse modo de se conduzir. Servindo ao mercado, a esfera pública tem sido um atrativo ao setor

privado, uma fonte de lucratividade a ser explorada. Visando incentivar a adesão cooperativa na sua rede pública de ensino, percebida como ineficaz e desqualificada, o Estado tem transformado a educação em uma mercadoria. Contudo, essa busca imperiosa por parcerias deixa à mostra a incapacidade do Governo quanto à gestão das instituições públicas, precipuamente as escolares. Em crise, é incapaz de garantir um serviço de qualidade, recorrendo à iniciativa privada como um meio de equilibrar as suas contas, evitando um endividamento ainda maior. Porém, conduzindo suas condutas à semelhança de uma empresa, põe em funcionamento a mesma lógica que o colocou em um atoleiro financeiro, perpetuando o círculo vicioso.

Pensando em não onerar os cofres públicos, a gratuidade é posta como requisito ao estabelecimento de parcerias. As empresas devem disponibilizar seus serviços às escolas da rede estadual sem realizarem qualquer tipo de cobrança, podendo divulgar sua marca através de uma pequena publicidade, recebendo um certificado pelo benefício prestado à sociedade. Conhecidas como os novos filantropos, essas empresas são capazes de “monetizar e extrair valor do ‘material cru’ composto por nossas relações sociais cotidianas” (BIONI; ZANATTA, 2020, p. 125). Considerando essa temática, Laval (2019, p. 305) assevera que devemos combater as práticas neoliberais e questionar os fundamentos desse modelo social a fim de “definir e propor as políticas, as instituições, as normas e os saberes capazes de contrabalançar essas tendências de longa duração”. É nessa direção que caminhamos, problematizando o modo como o Estado gaúcho vem conduzindo as suas condutas no âmbito educacional.

Referências

- ABBAGNANO, Nicola. *Dicionário de Filosofia*. São Paulo: Editora Martins Fontes, 2012.
- ANDRADE, Daniel Pereira. Neoliberalismo: crise econômica, crise de representatividade democrática e reforço de governamentalidade. *Novos Estudos CEBRAP*, São Paulo, v. 38, n. 1, p. 109-135, 2019.
- BALL, Stephen James. *Educação Global S. A: novas redes políticas e o imaginário neoliberal*. Ponta Grossa: UEPG, 2014.
- BALL, Stephen James; OLMEDO, Antonio. A “nova” filantropia, o capitalismo social e as redes de políticas globais em educação. In: PERONI, Vera Maria Vidal (org.). *Redefinições das fronteiras entre o público e o privado: implicações para a democratização da educação*. Brasília: Liber Livro, 2013. p. 33-47.
- BIONI, Bruno Ricardo; ZANATTA, Rafael Augusto Ferreira. Direito e economia política dos dados: um guia introdutório. In: DOWBOR, Ladislau (org.). *Sociedade vigiada*. São Paulo: Autonomia Literária, 2020. p. 122-175.
- CAPELLA, Ana Cláudia Niedhardt. *Formulação de Políticas*. Brasília: Enap, 2018.
- CHAGAS, Angela. Governo do RS estuda modelos de parcerias público privadas escolas estaduais. *Gaúcha ZH*, Porto Alegre, 2019a. Disponível em: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/educacao-e-emprego/noticia/2019/05/governo-do-rs-estuda-modelos-de-parcerias-publico-privadas-para-escolas-estaduais-cjw2ellrl02pd01lbyd5lqrxr.html>. Acesso em: 26 set. 2020.
- CHAGAS, Angela. Secretário defende parcerias privadas em escolas-modelo do RS. *Gaúcha ZH*, Porto Alegre, 2019b. Disponível em: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/educacao-e-emprego/noticia/2019/05/secretario-defende-parcerias-privadas-em-escolas-modelo-do-rs-e-ultrapassado-cjw2roiipu00cc01mlmlsd9xvb.html>. Acesso em: 26 set. 2020.
- DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. *A nova razão do mundo*. São Paulo: Boitempo, 2016.
- ESTORMOVSKI, Renata Cecilia. As parcerias público-privadas nas escolas gaúchas: a lógica da Terceira Via concretizada a partir do Programa Escola Melhor: Sociedade Melhor. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE REPRESENTAÇÕES SOCIAIS, SUBJETIVIDADE E EDUCAÇÃO, 4., 2017, Curitiba. *Anais [...]*. Curitiba: EDUCERE, 2017.
- EVANGELISTA, Rafael de Almeida. Capitalismo de vigilância no Sul Global: por uma perspectiva situada. In: SIMPÓSIO INTERNACIONAL LAVITS, 5., 2017, Santiago. *Anais [...]*. Santiago: NIC Chile, 2017.

- EVANGELISTA, Rafael de Almeida *et al.* DIO: o mapeamento coletivo de câmeras de vigilância como visibilização da informatização do espaço urbano. *In: BRUNO, Fernanda et al. (org.). Tecnopolíticas da vigilância: perspectivas da margem.* São Paulo: Boitempo, 2018. p. 395-412.
- FISCHER, Rosa Maria Bueno. Foucault e a análise do discurso em educação. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, n. 114, p. 197-223, nov. 2001.
- FOUCAULT, Michel. *A arqueologia do saber.* Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009.
- G1 RS. Escolas estaduais aderem a parceria com empresas privadas no RS. *G1 RS*, Porto Alegre, 2015. Disponível em: <http://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/noticia/2015/12/escolas-estaduais-aderem-parceria-com-empresas-privadas-no-rs.html>. Acesso em: 26 set. 2020.
- GOMES, Luís. Educação vigiada: em troca de parcerias “gratuitas”, governos entregam a grandes empresas dados da educação pública. *SUL-21*, Porto Alegre, 2020. Disponível em: <https://www.sul21.com.br/ultimas-noticias/geral/2020/07/educacao-vigiada-em-troca-de-parcerias-gratuitas-governos-entregam-a-grandes-empresas-dados-da-educacao-publica/>. Acesso em: 26 set. 2020.
- HOUAISS, Antonio; VILLAR, Mauro de Salles. *Dicionário Houaiss da língua portuguesa.* Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.
- JESSOP, Robert. *El futuro del Estado capitalista.* Madrid: Los libros de la Catarata, 2008.
- LAVAL, Christian. *A escola não é uma empresa: o neoliberalismo em ataque ao ensino médio.* São Paulo: Boitempo, 2019.
- MASSCHELEIN, Jean; SIMONS, Maarten. *Em defesa da escola: uma questão pública.* Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2017.
- PERONI, Vera Maria Vidal. A privatização do público: implicações para a democratização da educação. *In: PERONI, Vera Maria Vidal (org.). Redefinições das fronteiras entre o público e o privado: implicações para a democratização da educação.* Brasília: Liber Livro, 2013. p. 9-32.
- REDAÇÃO RIO GRANDE DO SUL. Eduardo Leite defende privatizações em coletiva dos 100 dias de governo no RS. *Brasil de Fato*, Porto Alegre, 2019. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2019/04/09/eduardo-leite-defende-privatizacoes-em-coletiva-dos-100-dias-de-governo-no-rs>. Acesso em: 26 set. 2020.
- RIO GRANDE DO SUL. Lei nº 14.734, de 15 de setembro de 2015. Institui o Programa Estadual Escola Melhor: Sociedade Melhor. *Diário Oficial do Estado*, Porto Alegre, n. 177, 16 set. 2015.
- RIO GRANDE DO SUL. Programa escola-melhor, sociedade melhor exalta parceiros em Cerimônia de certificação. *Secretaria da educação*, Porto Alegre, 2019. Disponível em: <https://educacao.rs.gov.br/programa-escola-melhor-sociedade-melhor-exalta-parceiros-em-cerimonia-de-certificacao>. Acesso em: 26 set. 2020.
- RODRIGUES, Arlindo Manuel Esteves. Invasão de privacidade: ferramentas de apropriação indébita. *In: DOWBOR, Ladislau (org.). A sociedade vigiada.* São Paulo: Autonomia Literária, 2020. p. 78-105.
- ROLOFF, Jessica. RS está focado em firmar parceiras com setor privado, diz Eduardo Leite. *AFISVEC*, Porto Alegre, 2019. Disponível em: <https://afisvec.org.br/afnoticias/?p=6661>. Acesso em: 26 set. 2020.
- ROSSI, Alexandre José; LUMERTZ, Juliana Selau; PIRES, Daniela de Oliveira. As parcerias público-privadas na educação: cerceando autonomia e gestão democrática. *Revista Retratos da Escola*, Brasília, DF, v. 11, n. 21, p. 557-570, jul./dez. 2017.
- SALES, Shirlei Rezende. Etnografia+netnografia+análise do discurso: articulações metodológicas para pesquisar em Educação. *In: MEYER, Dagmar; PARAÍSO, Marlucy Alves (org.). Metodologias pós-críticas em educação.* Belo Horizonte: Mazza Edições, 2014. p.45-63.
- SCHERER, Susana Schneid; NASCIMENTO, Flávia Marchi; CÓSSIO, Maria de Fátima. Parcerias público-privadas: atuação do Instituto Ayrton Senna na educação pública do Estado do RS. *Educação & Sociedade*, Campinas, v. 41, e241715, p. 1-18, 2020.
- SILVA, Tomaz Tadeu. *Documentos de identidade.* Belo Horizonte: Autêntica, 2015.
- VAL, Gisela Maria do; AQUINO, Julio Groppa. A ordem do discurso jornalístico sobre educação: uma análise das matérias da Folha de São Paulo de 1996 a 2006. *Educação em Revista*, Belo Horizonte, v. 29, n. 1, p. 93-120, mar. 2013.
- VEIGA-NETO, Alfredo. *Foucault e a Educação.* Belo Horizonte: Autêntica, 2007.
- VEIGA-NETO, Alfredo. Neoliberalismo e educação: os desafios do precariado. *In: RESENDE, Haroldo (org.). Michel Foucault: a arte neoliberal de governar e a educação.* São Paulo: Intermeios, 2018. p. 33-44.

VENTURINI, Jamila *et al.* *Termos de uso e direitos humanos: uma análise dos contratos das plataformas on-line*. Rio de Janeiro: Revan, 2019.

WANDERER, Fernanda; SCHEFER, Maria Cristina. Metodologias de pesquisa na área da educação (matemática). *In*: WANDERER, Fernanda; KNIJNIK, Gelsa. *Educação, matemática e sociedade*. São Paulo: Editora Livraria da Física, 2016. p. 33-49.

ZUBOFF, Shoshana. Big Other: capitalismo de vigilância e perspectivas para uma civilização de informação. *In*: BRUNO, Fernanda *et al.* (org.). *Tecnopolíticas da vigilância: perspectivas da margem*. São Paulo: Boitempo, 2018. p. 17-68.

ZULKE, Maria Inês Utzig; NARDI, Henrique Caetano. As interfaces entre o público e o privado na produção do discurso da eficiência nas escolas de educação profissional. *Aletheia*, Canoas, n. 29, p. 161-176, jan./jun. 2009.

Data de submissão: 27/12/2021

Data de aceite: 03/03/2022